

O SERVIÇO SOCIAL E A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

O SERVIÇO SOCIAL E A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S491	<p>O serviço social e a superação das desigualdades sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-014-8 DOI 10.22533/at.ed.148202904</p> <p>1. Desigualdade social – Brasil. 2. Política social. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “O SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Análises e perspectivas contemporâneas” é composta por 13 artigos que versam sobre as experiências profissionais de assistentes sociais e análises de políticas públicas. Cada capítulo apresenta diferentes abordagens metodológicas, como: pesquisa bibliográfica, documental, análise qualitativa, quantitativa, exploratória, conteúdo, e exposição dos resultados pesquisa de campo, os quais foram alcançados por meio de entrevistas e aplicação de questionários.

Caro leitor, cabe situar que o processo de trabalho do assistente social, assim como o desenvolvimento das diferentes políticas públicas, associam-se as relações sociais de uma sociedade em constante movimento e/ou um processo histórico. Desta forma, compreendê-los implica metodologicamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, bem como a conjuntura econômica, política, cultural e conseqüentemente a atuação estatal, afinal, as políticas são instrumentos manejados pelo próprio Estado.

Este livro foi subdividido em eixos de análise, a saber: 1) Serviço social e política de assistência social; 2) Serviço social e política de saúde; 3) Serviço social e política de educação; 4) Projeto social: um estudo local; e 5) Instituições de apoio para pessoas idosas: uma experiência internacional. Em tempo, observa-se que a maior parte dos textos foram elaborados por assistentes sociais, que realizaram análises das políticas públicas, por vezes partindo do próprio ambiente socioocupacional, tornando as respectivas análises ainda mais preciosas pelo ponto de vista da observação participante.

O primeiro eixo trata-se do “Serviço Social e Política de Assistência Social” inicialmente aborda o desenho desta política e o seu desenrolar no Estado brasileiro. Este arcabouço propiciou o desencadeamento das análises seguintes, que versam sobre a execução da política e sua complexidade nos diferentes níveis. É notório o protagonismo do Assistente Social na Política de Assistência Social, por isso torna-se ainda mais interessante visibilizar estes estudos, bem como proporcionar a leitura crítica acerca do processo de atuação.

O segundo “Serviço Social e Política de Saúde” abrange não somente a política de saúde, mas também as micro políticas inerentes à esta, como: oncologia, cuidados paliativos, direitos sexuais, saúde mental, desinstitucionalização, entre outros. Importante evidenciar que a política de saúde persiste como sendo uma das políticas mais empregadoras de assistentes sociais. No que tange as análises realizadas por assistentes sociais reconhecem-se as diferentes facetas do fazer profissional, que inclusive enriquece a análise das políticas públicas, e, simultaneamente possibilitam ao leitor viajar pela profissão em seus infinitos manejos nesta área, corroborando

com a capacidade de realizar análises sob o olhar crítico, criativo e propositivo, com vistas ao Projeto Ético Político.

O terceiro eixo “Serviço Social e Política de Educação” nos faz refletir sobre a transversalidade no cotidiano do alunado, sob a ótica de Assistentes Sociais vinculados a um Instituto de Educação e a um Centro Federal de Educação Tecnológica. São experiências locais e englobam realidades distintas, mas, que por vezes convergem principalmente se pensamos a realidade social brasileira e respectivos problemas comuns. Realizar esse tipo de análise é fundamental para influenciar no (re)desenho da política de educação, que precisa ir de encontro as necessidades dos usuários.

O eixo “Projeto Social: um estudo local” evidencia aspectos relacionados ao planejamento urbano e o cruzamento deste com o acesso as moradias de pessoas com “baixa renda”. Trata-se de um relato de experiência sobre a avaliação de determinado projeto, que indica aspectos relacionados à cidade, periferia, território e iniquidades sociais. Outra vez reafirmo a necessidade desse tipo de discussão, já que vivemos em tempos que indicam medidas de cunho neoliberal, com estratégias ainda mais conservadoras no Brasil, quiçá em diversos outros países do mundo.

O eixo “Instituições de apoio para pessoas idosas: uma experiência internacional” apresenta as fragilidades e limitações desta, especialmente pelo olhar dos dirigentes e das autoridades locais. Trata-se de uma experiência de outro país, fator que contribui significativamente para pensarmos as diferentes realidades, que tendem a influenciar em problemáticas locais. Mas, também nos remete a identificação de problemas comuns, o que também é primordial.

É sabido que o contexto brasileiro atual tem refletido drasticamente no desenvolvimento das políticas públicas e inevitavelmente no processo de trabalho do Assistente Social. Por isso, justifica-se a valorização destas análises, que advém dos resultados de estudos técnicos e pesquisas científicas. Ademais, este livro contribui com as análises das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 1 1

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SUAS E A IMPORTÂNCIA DA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas
Rosilene Marques Sobrinho de França

DOI 10.22533/at.ed.1482029041

CAPÍTULO 2 11

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O DESAFIO DE TRANSITAR DE AÇÕES DE CARIDADE À EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Helenita dos Santos Arruda
Rosângela Cavalcanti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029042

CAPÍTULO 3 25

AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI: O SUAS EM AÇÃO VIA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues
Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas

DOI 10.22533/at.ed.1482029043

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE SAÚDE

CAPÍTULO 4 36

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: DESAFIOS SOB O EIXO ACESSÓRIA, QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Eli Fernanda Brandão Lopes
Juliana Galete
Carolina de Sousa Rotta
Michael Wilian da Costa Cabanha
Leticia Nakamura
Joelson Henrique Martins de Oliveira
Giovana Ayumi Aoyagi
Clesmânia Silva Pereira
Alex Sander Cardoso de Souza Vieira
Letícia Ribeiro Moreira
Edivania Anacleto Pinheiro Simões
Maria de Fátima Bregolato Rubira de Assis

DOI 10.22533/at.ed.1482029044

CAPÍTULO 5 48

AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE O “PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO NA CENTRAL DE QUIMIOTERAPIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E SALA DE ESPERA INFORMAR PARA ACESSAR”

Zilda Cristina dos Santos
Gabriela Santos Oliveira
Caroline Aparecida Vieira Silva

CAPÍTULO 6 56

COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL : O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Andrea Frossard

Aline Baptista de Aguiar

Rafaela Rodrigues de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.1482029046

CAPÍTULO 7 67

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES: REFLEXÕES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Lívia Maria e Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029047

CAPÍTULO 8 78

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL EM JOÃO PESSOA- PB

Elisabete Vitorino Vieira

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Rafael Nicolau Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.1482029048

CAPÍTULO 9 94

CIBERATIVISMO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL: ENTRE O VIRTUAL E O POSSÍVEL

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Sâmia Luiza Coêlho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029049

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 10 105

A EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS ATRELADA AO PROEJA: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPUS JOÃO PESSOA-PB

Ranyellen Félix de Souza

Felicidade Dayana Monteiro Dias

Jailma da Costa Batista

Luís Eduardo Lima

DOI 10.22533/at.ed.14820290410

CAPÍTULO 11 117

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: DADOS DE UMA PESQUISA APLICADA AOS ALUNOS DAS ENGENHARIAS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA(CEFET/RJ) - CAMPUS ANGRA DOS REIS

Carina Aparecida Antunes

DOI 10.22533/at.ed.14820290411

PROJETO SOCIAL: UM ESTUDO LOCAL

CAPÍTULO 12 128

PERCEPÇÃO DE LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE UM PROJETO SOCIAL EM MINAS GERAIS

Cláudia Leocádio

Antônio Henrique da Mata Corrêa

Ana Cristina Viana Campos

DOI 10.22533/at.ed.14820290412

INSTITUIÇÕES DE APOIO PARA PESSOAS IDOSAS: UMA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

CAPÍTULO 13 138

INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL – PROBLEMAS E DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL

João Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.14820290413

SOBRE A ORGANIZADORA..... 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL – PROBLEMAS E DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 16/01/2020

João Gonçalves

Universidade Católica Portuguesa

Faculdade de Ciências Humanas

Catolica Research Centre for Psychological,
Family and Social Wellbeing

Lisboa – Portugal

<https://fch.lisboa.ucp.pt/pt-pt/pessoa/joao-goncalves>

RESUMO: Com este artigo pretende-se identificar os principais problemas e desafios das instituições de apoio a pessoas idosas, no domínio da sustentabilidade, na perspetiva dos seus dirigentes e autoridades públicas locais. Para este efeito utilizou-se uma metodologia mista, assente na aplicação de um questionário e de uma entrevista aos dirigentes das instituições e autoridades públicas locais, apoiando-nos ainda na pesquisa documental. No trabalho desenvolvido identificou-se um conjunto de problemas e desafios no domínio da sustentabilidade das instituições, designadamente: 1) desertificação; 2) falta de utentes; 3) insuficiência de recursos das famílias; 4) construção excessiva de estruturas

residenciais e outras de apoio social; 5) necessidade de redução dos custos de funcionamento; 6) supressão do endividamento; e 7) melhoria da satisfação dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: instituições; idosos; problemas e desafios

SUPPORT INSTITUTIONS FOR OLDER PEOPLE IN PORTUGAL – CURRENT AND FUTURE PROBLEMS: A STUDY IN A RURAL MUNICIPALITY

ABSTRACT: This article aims to identify the main problems and challenges facing support institutions for older people in terms of sustainability, from the point of view of their managers and local public authorities. A mixed-method approach was used for this purpose, based on a questionnaire and interviews with institution managers and local public authorities, and it was also done an documentary research. During the study, a range of problems and challenges affecting the sustainability of institutions were identified, specifically: 1) depopulation; 2) lack of users; 3) families' insufficient resources; 4) excessive construction of residential structures and other social support structures; 5) need to reduce operating costs; 6) removal of indebtedness; 7) improved staff

satisfaction.

KEYWORDS: institutions; older people; problems and challenges

1 | INTRODUÇÃO

O exercício da ação social em Portugal é assegurado fundamentalmente pelas instituições de solidariedade social, formalmente designadas instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as quais são reconhecidas e apoiadas pelo Estado.¹ Estas instituições, sem finalidade lucrativa, que emergem da sociedade civil, desempenham um papel essencial no apoio às pessoas em maior estado de necessidade, designadamente à população idosa.² Ao contribuírem para a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida dos idosos pelo apoio social que prestam, considera-se essencial o exercício continuado da sua ação na medida em que as perspetivas de crescimento do nível de envelhecimento da população conjugado com as situações de baixos recursos, os estados de dependência, o isolamento e a insuficiência e inexistência de apoio familiar, tendem a maximizar a necessidade de subsistência e de funcionamento das instituições de solidariedade social. Na verdade, a nossa sociedade encontra-se em “(...) acelerado processo de transformação”, em que o crescente nível de envelhecimento da população, sendo “(...) uma fantástica conquista civilizacional, (...) afigura-se como um dos maiores desafios para o futuro da proteção social” (Fernandes, 2008, p. 153).

Por conseguinte, tem-se observado que “(...) à medida que o Estado e um conjunto de atores que nele colaboram se organizam para prestar cuidados sociais e de saúde dignos, a qualidade de vida aumentou e a esperança de vida cresceu extraordinariamente” (Capucha, 2006, p. 76).

Também nos dias de hoje a família deixou de ter condições para que os pais fiquem a viver em casa dos filhos ficando a seu cargo, devido, entre outros aspetos, “(...) às condições de habitação em termos de espaço e à ausência do lar dos dois membros do casal, que passaram ambos a exercer uma atividade remunerada fora de casa”, tendendo o apoio aos mais velhos a ser prestado em unidades residenciais para idosos (Amaro, 2014, p. 176).

Contudo, para o prosseguimento das atividades de apoio social por parte das instituições de solidariedade social é fundamental o acesso a recursos indispensáveis e a observação de variáveis de contexto que no plano da gestão das organizações garantam a sustentabilidade da ação desenvolvida numa ótica de viabilidade, subsistência e complementaridade.

Sendo consensual que a sustentabilidade impõe desafios aos gestores, como

1. Lei nº4/2007, de 16 de janeiro – Bases Gerais do Sistema de Segurança Social

2. Informação disponível em Carta Social, em www.cartasocial.pt – acedido em 30-09-2019

defendem alguns autores (Júnior, 2010, p. 69), no entanto, a gestão não se pode confinar na aplicação das técnicas tradicionais das funções de gestão, descuidando o foco na efetividade das ações sociais que, em boa verdade, são a razão de existência destas organizações (Tenório, 1999, p. 99; Júnior, 2010, p. 45).

Deste modo, com o intuito de aumentarmos o leque de informação e conhecimento no domínio da sustentabilidade das instituições de solidariedade social, definimos a seguinte questão de investigação: quais os principais problemas e desafios atuais e futuros das instituições de apoio social à população idosa em Portugal, inseridas num contexto rural, no domínio da sustentabilidade, na perspetiva dos dirigentes das instituições e das autoridades públicas locais?

2 | CONTEXTO TERRITORIAL

A pesquisa decorreu num concelho do interior do país, em que a densidade populacional é baixa (10 indivíduos por km²), os idosos representam quase 40% da população residente, sendo o índice de envelhecimento de 671,5 enquanto que o valor médio do país atingiu, no mesmo período, 157,4.³ A relação indivíduos em idade ativa por idosos é de 1,4 no concelho e 3,0 no país e o saldo natural, ou seja, a diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos apresentava um valor negativo -61.⁴ A percentagem de indivíduos a viverem sós é elevada,⁵ estimando-se uma maior incidência na população com 75 e mais anos. A indústria assume-se como o principal setor de atividade económica, sendo ainda visível o impacto que a agricultura tem na vida da população local.⁶ O tecido empresarial para além de pouca expressão em termos de oferta de emprego,⁷ tem ressentido também os efeitos da crise económica nacional e da interioridade. Em boa verdade, os serviços municipais e as instituições de solidariedade social são ao mesmo tempo um dos principais empregadores do concelho,⁸ criam emprego, potenciam o poder de compra, dando a vitalidade possível ao comércio local. Os rendimentos médios, principalmente da população idosa pensionista são baixos.⁹ O poder de compra em 2017 atingiu 71,7% no concelho, ao passo que na capital do país se situou em 219,6%.¹⁰

3. Informação disponível em PORDATA, por referência ao ano de 2018, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

4. Informação disponível em PORDATA, por referência ao ano de 2018, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

5. Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

6. Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

7. Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

8. Informação obtida por inquirição direta às respetivas entidades

9. Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

10. Informação disponível em PORDATA, em www.pordata.pt – acedido em 12-01-2020

3 | ASPETOS METODOLÓGICOS

A pesquisa abrangeu as três instituições de solidariedade social existentes no território de estudo que prosseguem respostas sociais na área da população idosa (estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia ou serviço de apoio domiciliário), sendo aplicado um questionário complementado com uma entrevista aos dirigentes das instituições (membros da direção estatutária) e a duas autoridades públicas locais. Pretendeu-se com os instrumentos de pesquisa aplicados aos dirigentes das instituições obter elementos sobre os recursos e meios da atividade corrente, a organização e o funcionamento das instituições e das respostas sociais, o modelo de financiamento e de gestão financeira, problemas, realidades e perspetivas e estratégia preconizada, assim como a perceção atual e futura sobre a sustentabilidade das instituições. Relativamente às autoridades públicas locais teve-se como objetivo fundamental colher informação sobre os recursos e meios disponíveis, a relevância das instituições no contexto local, perspetivas futuras quanto às condições de sustentabilidade das próprias instituições, o modelo de cooperação do Estado com as instituições e desafios emergentes.

Recorremos ainda à pesquisa documental como suporte ao quadro analítico da componente empírica do estudo.

Os elementos recolhidos foram tratados com base em técnicas estatísticas com recurso ao software *SPSS Statistics* e na análise de conteúdo, analisados como um todo e, sempre que nos pareceu útil, apresentados numa perspetiva unitária refletindo a posição individual dos inquiridos ou das instituições envolvidas.

4 | ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

De forma a encontramos resposta à questão de partida, a análise dos elementos obtidos, tendo em conta o modelo de atuação das instituições e o ambiente externo em que estão inseridas, apresenta-se em dois pontos essenciais, um em que nos interessa identificar e conhecer quais os problemas emergentes e outro cujo enfoque incide nos desafios com que se deparam estas instituições, ambos na perspetiva dos seus dirigentes e das autoridades públicas locais, cujos resultados podem estrangular e comprometer a capacidade de atender às expetativas da sociedade.

Este exercício reveste-se no desígnio do conceito de desenvolvimento sustentável que “(...) atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 54), em diferentes domínios de sustentabilidade comumente presentes na literatura (Sachs, 2009, pp. 71-72) e nos critérios relevantes da gestão social – eficiência, eficácia, equidade e sustentabilidade (Mokate, 2002, p. 1).

4.1 Problemas e realidades no contexto das instituições

Segundo os dirigentes das instituições, a desertificação, a falta de utentes, a insuficiência de recursos das famílias e o excessivo número de recursos humanos, apresentam-se como os principais problemas e como tal geradores de insustentabilidade do setor. Relativamente à desertificação, já em 2011, os resultados do Censos revelaram um interior cada vez mais despovoado (INE, 2013, p. 138). Também uma autoridade pública local indica a falta de utentes como fator de insustentabilidade das instituições “Os fatores de insustentabilidade podem ser diversos, desde logo a eventual falta de clientes, que se vai verificar no futuro apesar da população continuar a envelhecer”. Nesta linha de raciocínio refere Pereira (2014, p. 203) no estudo desenvolvido no interior norte de Portugal que a prestação de serviços de apoio à cidadania necessita de um número mínimo de utentes para garantir a sua viabilidade, de onde podemos inferir que a falta de utentes, quer por razões de desertificação, quer por dificuldades económicas das famílias, é um dos problemas que pode contribuir para a insustentabilidade das instituições. Também outra autoridade pública local inquirida, para além de partilhar do mesmo pressuposto, acha que a principal apreensão no domínio da sustentabilidade das instituições prende-se com a questão financeira

“Vemos em 1º lugar a garantia da sustentabilidade financeira, porque é essa vertente que nos permite ter condições para assegurar a prestação do apoio social e o bem-estar social das pessoas [sustentabilidade social] e depois os aspetos culturais”.

Segundo uma autoridade pública local, a situação económica e financeira das famílias condiciona o fluxo de utentes e a procura de lugares, o que explica [no ponto de vista desta entidade] o facto dos idosos entrarem cada vez mais tarde nas estruturas residenciais.

“De facto, devido à atual situação económica e financeira que o país atravessa, dificilmente voltaremos aos tempos de abundância “fácil”, sempre à custa da injeção de mais e mais dinheiro. Hoje e no futuro não será possível. Pelo que as famílias tentam arranjar alternativas familiares para cuidar dos seus idosos. Por outro lado, os idosos entram cada vez mais em idade avançada para os lares”. Referindo ainda, que “(...) continuamos a assistir a um bairrismo exacerbado que leva ao aparecimento de lares em quase todas as freguesias, que tornará incomportável a sua sustentabilidade no futuro (...)”.

Efetivamente este entendimento é corroborado com o facto das taxas de utilização em lar de idosos e centro de dia terem registado um abaixamento ao nível do concelho e até ao nível do distrito e continente se considerarmos as três respostas sociais¹¹, situação que deve ser ponderada.

11 MSESS - GEP, *Carta Social* - disponível em www.cartasocial.pt – acedido em 30-09-2019

MSSS - GEP, *Carta Social* - disponível em www.cartasocial.pt – acedido em 30-07-2011

MTS – DEPP, *Carta Social*, 2001

INE – *Estimativas anuais da população residente*

O financiamento é outra questão relevante para as instituições, sendo essencial a manutenção da comparticipação pública, principalmente para o funcionamento da estrutura residencial para pessoas idosas. No desenvolvimento deste trabalho e em função da informação disponível observámos que as receitas provenientes dos utentes representavam no conjunto das instituições, em 2018, cerca de 64,7% do total do financiamento, ao passo que em 2000 as receitas provenientes da comparticipação dos utentes tinham um peso de 43,4% no total das receitas, assumindo a comparticipação pública maior representatividade até 2005. A inversão deste comportamento resulta, de acordo com a análise desenvolvida, do aumento do número de utentes em lugares sem comparticipação do Estado em consequência do crescimento da oferta neste domínio (extra acordo de cooperação), gerando um incremento das receitas dos utentes, não acompanhado da subvenção pública.

Também de acordo com o estudo desenvolvido por Sousa et al. (2012, p. 12), mas num âmbito territorial mais alargado (nível nacional), a maioria das instituições inquiridas confirmou que cerca de 50% das receitas correntes resulta de comparticipação pública, o que releva a importância da continuidade da cooperação com o Estado neste domínio. A este respeito referem Santana e Campos (2013, p. 5) no âmbito do Código de Governo de Entidades do Terceiro Setor que, na generalidade das organizações do terceiro setor, há uma dependência excessiva do financiamento público.

Já no que concerne à frequência do centro de dia ou do serviço de apoio domiciliário, como são respostas menos onerosas, os dirigentes das instituições preveem que os utentes possam aumentar a sua comparticipação de forma a reequilibrar o financiamento, caso se confrontem com uma eventual redução da comparticipação pública. Para os dirigentes das instituições a maioria dos utentes não conseguirá suportar o custo técnico da resposta lar de idosos.

“Os utentes (...) [em centro de dia e serviço de apoio domiciliário] podiam reforçar a sua comparticipação, se fosse lar aí era determinante a comparticipação da Segurança Social. No caso da Segurança Social não participar teríamos que fazer outros acordos com as famílias e com a Autarquia no sentido de encontrarmos soluções”.

Para uma autoridade pública local “(...) a autarquia teria condições para suportar o custo do funcionamento das IPSS do concelho – a autarquia tem interesse em que seja garantido o nível de emprego e o serviço prestado à população”.

A propósito do nível de emprego, segundo outra autoridade pública local, “(...) o setor social, só no distrito (...) já emprega cerca de 4.000 trabalhadores [cerca de 13,5% da população empregada naquele território], grande parte deles com qualificações superiores, o que dá uma garantia de melhor futuro para as instituições”.

Informação disponibilizada pelas instituições, por inquirição direta

No âmbito de um outro estudo desenvolvido no mesmo domínio e contexto territorial, relativamente ao acesso aos serviços, constata-se que “(...) mais de 60% dos utentes em estruturas residenciais paga 100% ou mais do valor da sua pensão (...)” (Gonçalves, 2017a, p. 111), o que legitima a posição das instituições quanto à necessidade e relevância da manutenção do nível de comparticipação do Estado no âmbito desta resposta social.

4.2 Desafios e iniciativas preconizadas para a sustentabilidade das instituições

Por seu turno, sendo a captação de recursos e a rentabilização dos meios e recursos existentes fundamental para a sustentabilidade das instituições, estas apostam no desenvolvimento de condições facilitadoras do acesso aos serviços, atraindo novos utentes e assegurando a manutenção dos atuais (Gonçalves, 2017a, p. 111). Nesta linha está o testemunho manifestado pelo dirigente de uma instituição

“De forma a que as pessoas estejam interessadas no lar e no sentido de rentabilizarmos as infraestruturas e o investimento, facilitamos até a entrada dos animais de estimação dos utentes - o importante é que se sintam bem, (...) alargamento do acesso a pessoas de outros locais - outros clientes com mais capacidade e disponibilidade financeira”.

A este respeito também o presidente de uma outra instituição manifestou a mesma perceção na entrevista que nos concedeu.

“(...) [esta instituição] tem viabilidade num horizonte de 20 anos, na medida em que tem várias valências. Criámos residenciais assistidas para idosos, o que nos permite reforçar as receitas com outros públicos interessados e com maior poder económico e a gestão é feita com cuidado”.

Os dirigentes das instituições numa linha de desenvolvimento estratégico defendem também a necessidade de inovação associada à oferta de outras condições promotoras do bem-estar dos utentes e associados, “É necessário inovar - oferecer melhores condições aos utentes e associados, por exemplo, a sala de televisão, jogos de interesse, mais passeios, ou seja, atividades e condições mais atrativas”.

Outras medidas são ainda indicadas pelos dirigentes das instituições como iniciativas fundamentais a desenvolver, particularmente:

“- Investimento nas instituições para o bem-estar dos utentes; - reduzir custos de funcionamento; - renovação de recursos humanos; - formação profissional; - e não seguirmos com estratégias de alternativas de fontes de financiamento porque são praticamente irrealizáveis”. Outros acrescentam: “(...) - gestão rigorosa; - renovação dos contratos de prestação de serviços; - renovação dos protocolos com enfermagem e outros serviços; - manutenção e desenvolvimento de parcerias e; - promoção do voluntariado”.

Por sua vez, uma autoridade pública local considera que as instituições para disporem de melhores condições para fazer face aos desafios e necessidades sociais

da população idosa, é fundamental apostar numa melhor reflexão no domínio das ações e desenvolvimentos que garantam a sua sustentabilidade, designadamente:

“(…) - evitar défices financeiros crónicos e resultados nulos (por serem contraproducentes), sendo necessário um planeamento mais criterioso das atividades com previsão de resultados positivos para fazer face a contingências normais decorrentes das flutuações dos custos; - estarem disponíveis para adoção de estratégias e atividades inovadoras e possuir quadros técnicos com a experiência necessária (A excessiva dependência financeira do Estado levanta questões como a falta de autonomia e sustentabilidade das instituições)”.

Relativamente à alusão à atitude financeira, os dirigentes das instituições quando se lhes perguntou se existia alguma norma interna que condicionasse ou estabelecesse limites de endividamento e quais os resultados financeiros do exercício, responderam que “Não existe norma interna que limite o endividamento, mas há bom senso e responsabilidade”, acrescentando que os resultados “são positivos”.

Ainda no âmbito das ações enunciadas no desígnio da sustentabilidade, na mesma posição está, entre outros, o estudo desenvolvido no Gana a respeito das ONG`s, considerando como garantia de sustentabilidade das instituições, o desenvolvimento de iniciativas de interesse local, tendo presente a transparência e responsabilidade das ações, assente na capacitação em gestão e liderança (Okorley; Nkrumah, 2012, p. 330).

Segundo a mesma autoridade pública local, citada anteriormente, as instituições confrontam-se com enormes desafios de carácter conjuntural e estrutural, mas considera que estes desafios são ao mesmo tempo boas oportunidades para uma mudança no setor, fortalecendo as instituições sem fins lucrativos, nomeadamente:

“- Aumentar a produtividade através da garantia de satisfação dos trabalhadores e do investimento na formação dos recursos humanos; - Garantir sinergias, economias de escala e cooperação entre as IPSS numa visão estratégica, no que diz respeito a práticas de cooperação, assim, como a ligação a grupos de trabalho ou centros de investigação para se fomentar a troca de experiências; - Partilha dos recursos (produtos alimentares, saúde, higiene, viaturas) e/ou troca de produtos excedentários entre diferentes IPSS e apostar na auto-produção; - Diversificar as fontes de financiamento das IPSS nas áreas de angariação de fundos, investir no marketing das instituições e fornecer novos serviços e; - Reduzir custos, tendo em conta a estrutura de financiamento das IPSS envolvendo os próprios utentes, numa ótica voluntária, em atividades para que se sintam úteis”.

Para esta entidade pública local, a estratégia a prosseguir deve perfilhar-se na continuidade da cooperação do Estado com as instituições de solidariedade social, fortalecendo a parceria, com a consciência da virtualidade deste modelo em que a proximidade das instituições aos cidadãos, a rapidez da resposta e os menores custos de suporte da intervenção social local, sustentam a sua resiliência. Tal como aponta o Manual de Governo a respeito do desafio da liderança nas organizações do terceiro setor em Portugal, as instituições têm uma função preponderante na

medida em que conseguem um apoio de proximidade evitando as fragilidades do Estado neste domínio (Azevedo, 2013, p. 11), sendo na realidade um desígnio a coabitação no campo de ação comum que trilham e um impulso inigualável no domínio da sustentabilidade.

Ainda de acordo com esta autoridade pública local a aposta promovida pelo Estado na Rede Local de Inserção Social (RLIS), que vai sendo incrementada

“(…) e que vai ter grande repercussão envolvendo mais diretamente as IPSS, autarquias e Segurança Social, sempre com a preocupação de implementação de políticas de proximidade e de ligação entre as próprias Instituições, [conduzi-las-á] a um relacionamento entre pares, que [levará] também à partilha de atividades, de custos e de áreas de atuação (…)”.

Ressaltou também neste desenvolvimento que, quer os dirigentes das instituições, quer as autoridades públicas locais, dão particular ênfase à relevância da gestão como meio fundamental para o progresso das instituições. Também nesta linha estão as conclusões apresentadas por outros autores, embora numa perspetiva mais geral e identificadas noutros contextos territoriais, mas transversais quanto ao âmbito de aplicação:

“A Administração surge como área de conhecimento portadora de soluções para os problemas do terceiro setor (...) a habilidade de gerir é vista como a competência mais desejável e [em determinados contextos] menos presente nas organizações do terceiro setor”. (Falconer, 1999, p. 11).

5 | CONCLUSÕES

Para além dos fatores de carácter organizacional já identificados por outros e que espelham um conjunto de ameaças à gestão com reflexos na sustentabilidade das instituições (Gonçalves, 2017b, p. 137), observou-se um leque de problemas e de desafios atuais e futuros e ainda de recomendações identificados e transmitidos pelos dirigentes das instituições e pelas autoridades públicas locais, no domínio da sustentabilidade das próprias instituições, sendo de registar:

Ao nível dos problemas

- Desertificação;
- Falta de utentes;
- Insuficiência de recursos das famílias;
- Elevado número de colaboradores;
- Receio por eventual redução do financiamento público;
- Retardamento da entrada de idosos nos lares; e
- Construção excessiva de estruturas residenciais e outras de apoio social.

Note-se que ao nível dos problemas das instituições, à medida que aumentam as barreiras à sustentabilidade das instituições, o setor sem fins lucrativos corre o

risco de perder duas das mais preciosas qualidades – a sua facilidade de atuação e a disponibilidade para gerar e promover novas iniciativas (Salamon, 2012:68).

Ao nível dos desafios, recomendações e outros apoios

- Flexibilização do acesso aos serviços com outros públicos;
- Criação de valências alternativas;
- Redução de custos de funcionamento;
- Formação profissional como investimento;
- Gestão rigorosa;
- Renovação dos contratos de prestação de serviços;
- Renovação de protocolos, nomeadamente com o Estado;
- Celebração de novas parcerias;
- Promoção do voluntariado;
- Supressão do endividamento;
- Planeamento rigoroso;
- Quadros técnicos com experiência em diferentes áreas do conhecimento;
- Melhoria da satisfação dos trabalhadores;
- Troca de experiências e partilha de recursos materiais;
- Participação dos utentes em ações de voluntariado; e
- Apoio financeiro da autarquia.

REFERÊNCIAS

Amaro, Fausto. **Sociologia da família**. Lisboa: PACTOR, 2014

Azevedo, Carlos. **Manual de governo – o desafio da liderança nas organizações do terceiro setor em Portugal**. Porto: Positivagenda - edições periódicas e multimédia, Id^a., 2013

Capucha, Luís. **Confrontar a transformação demográfica: uma nova solidariedade entre gerações**. MTSS - Cadernos Sociedade e Trabalho, VI, 73-78, 2006

Falconer, Andrés. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de S. Paulo. S. Paulo, 1999

Fernandes, Ana. **Questões Demográficas – Demografia e Sociologia da População**. Lisboa: Colibri – FCSH (UNL), 2008

Gonçalves, João. **Fatores de sustentabilidade social e cultural das instituições de apoio a pessoas idosas em Portugal: Estudo num município rural**. Gaudium Sciendi, N^o. 11, Sociedade Científica – UCP, 2017a

Gonçalves, João. **Factores de sustentabilidade económica e financeira das instituições de apoio a pessoas idosas em Portugal: estudo num município rural**. Gaudium Sciendi, N^o. 11, Sociedade Científica – UCP 2017b

INE. **Revista de Estudos Demográficos**, N^o 51-52, 2013

- Júnior, Maiso. **Sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos**. Fortaleza: Premuis, 2010
- Mokate, Karen. **Eficacia, eficiencia y sostenibilidad. Qué queremos decir?** INDES, 2002
- Okorley, Ernest; Nkrumah, Edmund. **Organisational factors influencing sustainability of local non-governmental organizations - lessons from a Ghanaian context**. International Journal of Social Economics, Vol. 39, N.º. 5, Emerald Group Publishing Limited, 2012
- Pereira, Fernando. **Fatores de sustentabilidade e insustentabilidade nos sistemas de apoio aos idosos no interior norte de Portugal**. Trabalho em Saúde, Desigualdades e Políticas Públicas, CICS - Publicações / eBooks, 2014
- Sachs, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- Salamon, Lester (ed). **The Resilient Sector: The Future of Nonprofit America**. The State of Nonprofit America, Published by The Brookings Institution Press in cooperation with The Aspen Institute, second edition, 2012
- Santana, Maria, J.; Campos, Neuza, P. **Código de governo de entidades do terceiro setor**. Porto: Positivagenda – edições periódicas e multimédia, Id^a., 2013
- Sousa, Sónia et al. **As instituições particulares de solidariedade social num contexto de crise económica**. CNIS. 2012
- Tenório, Fernando. **Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do Mercado**. Rio de Janeiro: Revista da Administração Pública, Vol. 33, N.º 5, 85-102, 1999
- WCED – World Commission on Environment and Development. **Our common future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987

SOBRE A ORGANIZADORA

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 49, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 66

Apoio 21, 29, 32, 61, 107, 110, 113, 114, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149

Assessoria 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47

Assistência Social 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 50, 52, 90, 103, 149

Assistente Social 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 69, 73, 75, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 113, 114, 117, 149

Assistentes Sociais 32, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 52, 55, 60, 63, 67, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 113

B

Brasil 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 25, 26, 27, 28, 29, 38, 43, 46, 55, 56, 57, 58, 66, 68, 72, 77, 81, 92, 96, 97, 103, 104, 107, 110, 112, 114, 127, 128, 129, 131, 133, 136, 137

Brasileiro 1, 3, 4, 11, 34, 65, 69, 73, 80, 93, 99, 100, 107, 110, 114, 116, 128, 130, 131

C

Cidadania 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 21, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 52, 67, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 94, 96, 98, 102, 142

Cidade 17, 28, 83, 120, 128, 134

CRAS 5, 9, 29, 30, 33, 103

CREAS 5, 9, 30

Crianças 1, 15, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

Cuidado Paliativo 57, 58, 62

D

Desigualdade social 136

Desinstitucionalização 81, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102

Direito 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 21, 30, 32, 33, 40, 49, 52, 54, 62, 68, 70, 72, 73, 95, 97, 101, 107, 115

Direitos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 21, 26, 30, 33, 34, 37, 40, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 84, 86, 87, 88, 96, 97, 101, 102, 104, 110, 115, 149

Direitos Socioassistenciais 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 21

E

Econômico 6, 53, 106, 114, 115, 134

Educação 3, 6, 8, 22, 37, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 65, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 127

Educação profissional 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116

Estado 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 17, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 40, 68, 71, 73, 76, 80, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 110, 113, 114, 115, 124, 131, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147

Evasão 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127

F

Família 4, 8, 21, 32, 33, 49, 61, 63, 65, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 124, 126, 130, 139, 147, 149

Formação 3, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 55, 56, 58, 74, 75, 77, 81, 92, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 119, 125, 144, 145, 147

H

Humanização 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 65, 76

I

Instituições 3, 6, 28, 37, 42, 56, 72, 81, 91, 95, 98, 107, 110, 111, 112, 118, 119, 125, 126, 127, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Integralidade 21, 40, 41, 59, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Microcefalia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

O

Oncologia 54, 56, 66

P

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 92, 96, 98, 102, 103, 104, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 128, 129, 130, 133, 136, 149

Políticas Públicas 1, 8, 9, 19, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 35, 50, 59, 66, 73, 86, 94, 103, 108, 110, 111, 112, 115, 133, 148, 149

Político 6, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 50, 55, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 91, 96, 102, 111, 112, 134

Previdência Social 4, 26, 29, 32, 33, 38, 149

Problemas 30, 31, 34, 73, 75, 106, 107, 114, 115, 125, 129, 138, 140, 141, 142, 146

Profissional 8, 20, 21, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 55, 59, 61, 62, 65, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 136, 144, 147, 149

Projeto Ético Político 39, 50, 55, 67, 73, 74, 75, 77

Proteção Social 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 16, 17, 20, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 102, 135, 139

Q

Questão Social 1, 27, 34, 40, 43, 52, 59, 60, 69, 82, 86, 90, 106, 115

Quimioterapia 48, 49, 51, 52, 53

R

Reforma Psiquiátrica 78, 80, 81, 82, 83, 86, 91, 93, 98, 102

Rua 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 52, 99, 112

S

Saúde 1, 3, 4, 8, 15, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 128, 133, 139, 145, 148, 149

Saúde mental 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Seguridade Social 1, 2, 4, 23, 26, 29, 30, 38, 39, 49, 149

Sociais 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 21, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 109, 113, 114, 115, 116, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 149

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

SUAS 1, 5, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32

SUS 31, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 50, 55, 58, 67, 68, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 99, 103

T

Trabalho 1, 2, 5, 8, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 143, 145, 147, 148

U

Urbana 8, 30, 34, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137

V

Vulnerabilidade 5, 11, 31, 33, 109, 128, 131

 **Atena**
Editora

2 0 2 0